

ÉTICA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO EM ARISTÓTELES

Lenilson Alves dos Santos

Universidade Estadual do Norte Fluminense
padrelenilson@bol.com.br

Julio Cesar Ramos Esteves

Universidade Estadual do Norte Fluminense
jesteves@msu.edu

Carolina Fragozo Gonçalves

Universidade Estadual do Norte Fluminense
carolinafragosogoncalves@hotmail.com

RESUMO

Para Aristóteles a Educação é um processo de melhoramento da natureza humana. Para ele o indivíduo não nasce pronto, ele se constrói na relação com o outro. As relações humanas devem ser orientadas pela Ética, a fim de que os indivíduos que convivem juntos sejam virtuosos. Nesse sentido, a Política norte a vida humana na dependência da Ética e da educação. O homem para Aristóteles, que é por natureza político, é um homem cultivado por meio de uma educação virtuosa. Ética, política e educação norteiam a vida humana para que ela seja feliz.

Palavras-chaves: Educação; Ética; Política; Cidadania; Felicidade

ABSTRACT

For Aristotle Education is a process of improvement of human nature. For him the individual is not born ready, he builds the relationship with the other. Human relations should be guided by ethics, so that individuals who live together are virtuous. In this sense, the policy nortea human life depending on the Ethics and education. The Man to Aristotle, that is political in nature, is a grown man through a virtuous education. Ethics, politics and education guide human life for her to be happy.

Key-words: Education, Ethics, Politics, Citizen, Happiness

1 - INTRODUÇÃO

A educação, sem dúvida nenhuma, é um tema de grande importância para a vida humana. Ela significa uma necessidade do humano em realizar-se, pois, o indivíduo não nasce pronto, num mundo acabado; ele se forma, se constitui num mundo que, por sua vez, encontra-se em constante construção. Dessa maneira, a educação é uma arte humana que visa formar esse indivíduo, de torná-lo sujeito cognitivo, moral e sociável. Inerente ao tema da educação está a questão que se refere ao que podemos denominar de **ação pedagógica**, uma ação que consiga abarcar a necessidade de uma instrução, mas, ao mesmo tempo, valorizando a criatividade individual, uma criatividade não isolada, mas, ao contrário, que visa inserir o indivíduo no mundo social. Estamos assim, falando de uma educação nos moldes da antiguidade clássica. Esta educação foi chamada de *Paidéia*¹, que consistia no processo de formação integral do indivíduo para a vida coletiva.

Nas inúmeras concepções de pedagogia, a ação educativa sempre se apresentou como um tema em aberto, pois se sabe da necessidade da educação na formação do indivíduo, mas não se sabe qual a melhor ação pedagógica para se chegar a uma boa formação.

Aristóteles nasceu em Estagira, na Calcídia, no ano de 384 a.C., foi professor e fundador de uma escola, Liceu. Mas, sua teoria sobre a educação chegou-nos de maneira fragmentada, para compreendermos um pouco mais sobre sua pedagogia é fundamental que nos apoiemos em duas obras escritas por ele: a **Ética a Nicômacos** e **A Política**. Nestas duas obras encontraremos os princípios norteadores da formação para Aristóteles. De maneira geral, podemos dizer que o que é apresentado na **Ética à**

¹ Este termo é difícil de ser definido, pois trata-se de um conceito de grande amplitude. Werner Jaeger, na sua obra intitulada *Paidéia*, na introdução, ressalta que este conceito não pode ser entendido nos moldes modernos como civilização, cultura, tradição, literatura ou educação. Na verdade, afirma Jaeger, este conceito abrange todos os outros designados pela modernidade. O termo Paidéia vem de *paidos* (crianças) e significa, literalmente, educação dos meninos. Porém, a partir do século V a.C. este termo começa a designar um ideal de educação para os gregos que envolvia a formação do indivíduo para tornar-se bom cidadão. “É então que o ideal educativo grego aparece como *Paideia*, formação geral que tem por tarefa construir o homem como homem e como cidadão. Platão define *Paideia* da seguinte forma "(...) a essência de toda a verdadeira educação ou *Paideia* é a que dá ao homem o desejo e a ânsia de se tornar um cidadão perfeito e o ensina a mandar e a obedecer, tendo a justiça como fundamento" (Jaeger, 1995, p147). Apesar desta complexidade semântica, o conceito *paidéia* será, por nós, compreendido como educação para cultivo do homem, e esta, não por meio de teorias abstratas, mas por meio de teorias que fundem-se com a vida, tornado-se atitude, ação, de um bom cidadão. Nesta hermenêutica conceitual, acreditamos que estamos em harmonia com a compreensão grega deste ideal educativo.

Nicômacos nos possibilitará falar dos princípios pedagógicos para a virtude e na **Política**, poderemos encontrar as bases para um processo educativo de inserção do indivíduo na *polis*. Desse modo, essas duas obras oferecem, assim, os elementos pedagógicos de uma educação para o bem viver.

O processo educativo, para Aristóteles, pretende levar em conta as seguintes questões: de que maneira poderá o homem tornar-se virtuoso, contribuindo para a vida política de sua cidade? Como o homem poderá alcançar a felicidade neste mundo? Podemos antecipar que, Aristóteles, inserido na sua realidade, observou o comportamento de pessoas e grupos para desenvolver aquilo que seria, para ele, o melhor modelo educacional, isto é, um modelo humanitário que conduziria o indivíduo à felicidade. Neste modelo, a felicidade só pode ser atingida num Estado formado por indivíduos virtuosos. O seu modelo educacional não se destina apenas aos indivíduos, mas também ao Estado. Assim, o princípio geral norteador da formação poderia ser formulado do seguinte modo – uma boa ação se caracteriza em saber agir em conformidade com o que é bom para si e para o Estado. Este princípio está na base da ação pedagógica, cujo *télos* é a felicidade.

Antes de iniciar a investigação da nossa temática, achamos por bem, fazer uma apresentação sucinta das duas obras norteadoras desse trabalho e da visão aristotélica acerca do cidadão.

2 - A ÉTICA A NICÔMACOS

Aristóteles escreveu três grandes obras com temática ética, são elas: *Ética a Nicômacos*, *Ética a Eudemo* e a *Grande Moral*. A *Ética a Eudemo* teve por muito tempo sua autenticidade contestada. As duas *Éticas* são hoje consideradas escritos autênticos de Aristóteles, entretanto, foram escritas em fases distintas do pensamento do filósofo. Segundo Faria, A *Ética a Eudemo* constituiria uma redação primitiva, elaborada, provavelmente, no período de Assos e Mitilene. Uma parte dessa *Ética* foi, mais tarde, incorporada à *Ética a Nicômacos*, cuja redação corresponde já à época do Liceu. Quanto à *Grande Moral* existem fortes indicações, decorrentes tanto do estilo, da forma, como

do conteúdo, que apontam sua inautenticidade e levam a supor que tenha sido escrita num período já posterior à morte do próprio filósofo².

A nossa investigação não pretende levar em conta o problema da autenticidade das Éticas atribuídas a Aristóteles. Além disso, não vamos mencionar, neste trabalho, a Ética a Eudemo nem a Grande Moral. Vamos focalizar a nossa investigação na Ética a Nicômacos, pois, acreditamos que ela nos fornecerá todos os elementos necessários para levar a cabo a nossa empreitada de apontar os fundamentos éticos e políticos presentes no projeto educativo de Aristóteles.

No ano de 342 a.C., Aristóteles foi encarregado da educação de Alexandre, filho do Rei da Macedônia, que estava com 13 anos. No ano de 336, Alexandre sucedeu seu pai no reinado e iniciou suas conquistas. A relação entre mestre e discípulo mostrar-se-ia estável, pois, o rei Alexandre enviou a Aristóteles material para estudo e ajuda financeira. Depois que terminou a educação do Rei Alexandre, Aristóteles voltou a Atenas e iniciou uma escola nas proximidades de um templo dedicado ao deus Apolo, por isso, ela recebeu o nome de Liceu. Esta escola era organizada da seguinte maneira: havia disciplinas dirigidas aos discípulos, pela manhã. Estas disciplinas eram chamadas esotéricas. Havia, também, disciplinas voltadas para o público externo à escola, pela tarde. Estas disciplinas eram chamadas exotéricas. Sua escola também era chamada de peripatética³.

A Ética a Nicômacos que, faz parte do corpus aristotelicum, é uma obra esotérica, pois era destinada aos estudos internos do Liceu. Ela foi organizada em dez livros, em formato de notas de aula, provavelmente, dadas a Nicômacos, filho de Aristóteles. O conteúdo dessa Ética, em linhas gerais, é: apresentar o bem mais elevado para as criaturas humanas; apresentar a finalidade da vida humana; apresentar a necessidade de transformar a práxis humana em *eupraxia* (boa ação). Nessa Ética encontramos a preocupação com a ideia de finalismo, de teleologia da ação humana. Portanto, a investigação presente nessa ética é acerca da vida humana e esta é, primordialmente, ação, decisão, realização de um fim. A partir dessa ideia, abre-se para a filosofia ética de Aristóteles a problemática do *télos*, do fim, da vida humana.

² Cf. FARIA, Maria do Carmo Bettencourt de. **A Liberdade esquecida: fundamentos ontológicos da liberdade no pensamento aristotélico**. São Paulo, Ed Loyola, 1995, p. 186.

³ A palavra peripatético (*περιπατητικός*), é uma palavra grega que significa: ambulante, itinerante ou passeio. Os discípulos de Aristóteles eram chamados de peripatéticos, pois as aulas eram administradas durante um passeio realizado pelo mestre e seus discípulos.

Aristóteles é um filósofo tipicamente analítico e lógico, como podemos constatar na *Metafísica* e na *Lógica*. Na obra *Ética a Nicômacos* não encontramos esse Aristóteles analítico e lógico, mas um Aristóteles aporético, pouco preocupado com definições muito exatas, e que restaura a importância da doxa e do método dialético⁴. A grande aporia levantada por Aristóteles na *Ética a Nicômacos* é sobre a felicidade, pois, ele levanta a questão: o que é a felicidade? Porém, não está interessado numa definição exata de felicidade, já que, esta dependerá de cada comunidade. Sendo assim, cabe a *Política* dizer o que é felicidade, no sentido coletivo, e à *Ética* o como realizá-la.

3 – A POLÍTICA

A obra **A Política** de Aristóteles que, também faz parte do corpus aristotelicum, tem o objetivo de criticar as formas de governos de seu tempo, baseando-se nos critérios de justiça e de injustiça. Nela, ele distingue a monarquia, aristocracia e a “*politia*” (democracia moderada) da tirania, da oligarquia e da democracia. Esta obra é, ao mesmo tempo, descritiva, comparativa e crítica. Trata-se de um texto que possui um ideal reformador, pois, ao avaliar os elementos que compõem o Estado que, o mantém conciso, que o legitima, ele irá propor um novo modelo de Estado, pautado não na expansão territorial, na glória das conquistas, mas na formação de indivíduos virtuosos.

Aristóteles analisa a natureza dos indivíduos e do Estado, procura formular quais os direitos e deveres dos indivíduos e qual é o papel do Estado. Encontramos na *A Política* um duplo *télos* para o Estado: primeiro - assegurar aos homens mais facilmente o que é necessário à vida; segundo – assegurar uma vida intelectual e moral na cidade.

Na *A Política* vamos investigar a relação entre indivíduo e Estado, buscando saber o como o Estado pode formar bons cidadãos? De modo geral, podemos perceber na *A Política* que, é por meio de uma educação para as virtudes que, o Estado forma bons cidadãos. É pela educação que o homem desenvolve a política, pois, por ela, ele se torna capaz de bem legislar, de bem governar a si mesmo, a família e a cidade. Assim, a mais alta ciência para Aristóteles tem o desenvolvimento atrelado à educação.

Salientamos que há uma ligação indissolúvel entre ética e política em Aristóteles e que, o processo educativo, processo de formação do homem, deve ser elaborado a

⁴ Cf. FARIA, Maria do Carmo Bettencourt de. Op cit, p. 186.

partir dessa relação de interdependência. Ética e Política, amalgamadas, oferecem os princípios básicos para uma ação pedagógica que visa formar o indivíduo para viver em coletividade e ser feliz. A Política é para a Ética uma ciência arquitetônica e ambas constituem a ciência por excelência, ou seja, a ciência das coisas humanas, a ciência da sociedade. Essa ciência por excelência visa não só a beleza no governo do Estado, mais também, a beleza no governo da vida pessoal.

Há dois capítulos de grande importância, na A Política, para compreendermos a necessidade da educação na constituição de um Estado feliz. São eles: Capítulo V – Da finalidade do Estado; e o capítulo VI – Da eugenia e da Educação. Ambos pertencem ao Livro II, intitulado Do cidadão e da cidade. Eugenia é uma palavra grega formada da junção do prefixo **éu** (belo, bom) com o substantivo feminino genéia (raça); daí significar melhoria da raça, raça boa, ou, melhor raça. Nestes dois capítulos é unificada a necessidade de melhoria da raça, com o meio para tal, a educação. Vamos encontrar nesses capítulos os elementos imprescindíveis para uma educação para a vida.

De modo geral, Aristóteles afirma, n' A Política, que a naturalidade política dos seres humanos está fundada sobre a capacidade que só eles têm de ir além da simples expressão do prazer e da dor, comum a todos os animais dotados de voz e chega a servir-se da palavra para formular noções universais como o bem e o mal, o justo e o injusto, o útil e o danoso, cuja posse comum constitui a família e a cidade. A naturalidade do homem como ser racional e social permite que as suas ações sejam para além do prazer e da dor, pois, enquanto os animais que não possuem *logos* agem meramente pelo repúdio da dor e pela atração do prazer, os seres humanos são capazes de dar à ação uma intencionalidade, um fim nobre e elevado. Para tanto, eles devem ser instruídos para ofertar à sua ação este fim e, ao mesmo tempo, fazer desta ação, uma ação responsável, refletida e comprometida com bem comum.

Observando a vida dos gregos antigos, percebemos que eles eram guiados pelas condutas dos heróis recolhidas na poesia, sobretudo, as de Homero. Valorizavam os espetáculos teatrais, os jogos, o discurso retórico e a filosofia. Essas formas de expressão de racionalidade não eram, para os gregos, algo sem sentido, sem finalidade. Eles aprendiam, nessas formas de expressão de racionalidade, um modo de ser, um modo de viver, que salientava um modo peculiar de vida de uma determinada

sociedade. A *areté*⁵ dos heróis homéricos era a *areté* almejada pelos homens dentro da cidade. Aristóteles, filho dessa Grécia cultural, pensou a vida humana como algo que se desenrola na *pólis*, como algo que está marcado pelo inacabamento e que, portanto, precisa ser orientada para a realização da sua finalidade, isto é, a *eudaimonia* (felicidade). A *areté* humana, nesse contexto, não será mais a dos heróis, mas a do próprio homem. O bem buscado não é mais o das epopeias gregas, mas o presente na vida do homem que, sabe bem orientar-se na rota do melhor, do melhor bem, da melhor ação, da melhor vida.

Para compreendermos melhor esse homem social que vive e depende da sociedade, é preciso partir daquilo que é fundamental na A política, ou seja, o cidadão. Portanto, vamos investigar quem é o cidadão apontado na A Política.

4 – SOBRE O CIDADÃO

O Livro II da **A Política**, intitulado Do Cidadão e da Cidade, é uma investigação acerca do que é um cidadão, das diversas formas de cidadãos, e das virtudes que constituem o cidadão. Esta investigação encontra-se no capítulo IV, intitulado Do Cidadão. Já o capítulo V, do mesmo Livro, investiga a natureza e a finalidade do Estado. As temáticas abordadas nestes capítulos, IV e V, nos orientarão na busca de saber em que consiste ser um bom cidadão e, ao mesmo tempo, saber qual é a relação existente entre cidadãos e Estado?

Aristóteles, ao falar do Estado, faz uma afirmação de extrema importância para podermos compreender a necessidade do Estado para a vida feliz dos cidadãos. Eis a afirmação: “O Estado é o sujeito constante da política e do governo, a constituição política não é, senão, a ordem dos habitantes que o compõem”⁶. Ser sujeito significa ser ordenante, ser mais que aquilo que ele ordena. Assim, o Estado é mais que os cidadãos, vem antes deles. Dessa forma, os cidadãos estão para o Estado como parte necessitada. Já, o Estado estar para os cidadãos como aquele que garante a vida. O Estado consiste

⁵ Vamos traduzir a palavra *areté* por virtude, mas chamamos atenção para o fato que o termo virtude está fortemente marcado pelo pensamento cristão. Entretanto, a virtude no sentido grego é uma excelência moral, uma disposição adquirida, seja pelo hábito (virtudes éticas), seja pelo ensino (virtudes dianoéticas).

⁶ ARISTÓTELES, **A Política**, p. 41. A partir daqui vamos fazer a referência a essa obra da seguinte forma: A Política.

numa multidão de partes, e estas são diferentes por natureza e, portanto, necessitam ser harmonizadas.

Saber quem é o cidadão exigiu de Aristóteles uma análise de diversos fatores que, influenciavam diretamente, na tentativa de encontrar uma resposta que pudesse satisfazer à indagação. Vamos a alguns fatores:

- Ser cidadão não pode estar em referência ao espaço habitado. Não basta habitar uma determinada cidade para ser considerado cidadão. “Não é residência que constitui o cidadão”⁷.

- As crianças e os velhos não podem ser considerados cidadãos, elas por não terem a idade da razão e, por isso, não podem participar das obrigações cívicas. Os velhos, porque não têm mais idade para os serviços cívicos⁸. Dessa afirmação compreendemos que ser cidadão é ter como participar da vida da sociedade. As crianças e os velhos são, assim, chamados de supranumerários⁹.

Partindo desses fatores, Aristóteles irá propor que o cidadão é aquele que tem participação na vida da cidade. É “aquele que tem direito a voto na assembleia e de participação no exercício do poder pública em sua pátria”¹⁰. É preciso, portanto, salientar que, cidadão é aquele que participa, aquele que tem uma vida ativa na sua cidade. Dessa maneira, o cidadão não herda esse título, não o recebe porque é naturalizado num determinado Estado, mas, porque é parte viva, atuante no Estado. “Ora chamamos de cidadão quem quer que seja admitido nessa participação e é por ela, principalmente, que o distinguimos de qualquer outro habitante”¹¹. Nesse sentido, as mulheres, os escravos, os velhos e as crianças são habitantes e não cidadãos, pois não são admitidos na participação da vida do Estado. Uns por condição natural, outros por falta de idade e outros pelo excesso de idade.

Aristóteles salienta que, o sentido de cidadão depende muito da constituição do Estado. Não são todas as formas de governos que valorizam a participação das suas partes. Assim, ele conclui: “O cidadão não pode ser o mesmo em todas as formas de

⁷ A Política, p.42.

⁸ Idem.

⁹ Essa palavra é a junção de supra+número e significa o que está a mais.

¹⁰ Idem.

¹¹ Ibidem, p. 43.

governo”¹². Porém, a definição de cidadão parece ser clara para ele: “são aqueles que participam do poder público”¹³.

A definição de cidadão parece não concordar com a afirmação de que, depende da forma de governo o sentido de cidadão. Na verdade, a definição está em referência a outros fatores que constituem um cidadão: saber obedecer e saber mandar¹⁴. O cidadão precisa dessas duas capacidades, porque ele forma o Estado no sentido que, num momento é parte que obedece e, noutro, pode ser parte que manda. Isso é o que ele chama de participação. A definição concorda com a observação da dependência dela às formas de governos, pois, mesmo numa tirania há os que obedecem e os que mandam. Nesta forma de governo, por exemplo, os que mandam podem deixar de mandar pelo poder da força de outro que, toma para si, o papel de mando. Na Democracia a alternância é natural, já, na tirania é fruto da força, do conflito.

Seguiremos a definição de cidadão para podermos dizer o que faz um cidadão ser feliz na sociedade? E o que faz uma sociedade feliz? Partindo do princípio que cidadão e Estado formam uma só realidade, concluímos que deve ser a mesma coisa que faz cidadãos e Estado felizes. A causa de felicidade do cidadão e do Estado deve estar entrelaçada com a finalidade de cada um deles, ou seja, a causa da felicidade deve relacionar-se com o obedecer e com o mandar, legislar. A causa da felicidade, tanto no âmbito privado como público, é a virtude. Somente por meio de cidadãos virtuosos haverá um Estado virtuoso e, somente por meio de um Estado virtuoso haverá cidadãos virtuosos.

Aristóteles começa a delinear os limites de duas grandes ciências práticas: Ética e Política. Diz ele: “Não entra no plano da Política determinar o que pode convir a cada indivíduo, mas sim o que convém a pluralidade. Em nossa Ética, aliás, tratamos do primeiro ponto”¹⁵. A linha divisória dessas duas ciências é o campo privado e o campo público. Entretanto, o que está limitado não significa que tem vida independente, pois, Ética e Política possuem seus limites, mas, se articulam por meio de uma interdependência. Fazer o cidadão feliz e o Estado feliz é o objetivo da Ética e da

¹² Idem.

¹³ Ibidem, p. 44.

¹⁴ Cf. Ibidem, p. 50.

¹⁵ Ibidem, p. 59.

Política. Nesse sentido, “o fim da sociedade civil é viver bem”¹⁶. Dai, tudo aquilo que compõe a sociedade, famílias, aldeias, instituições, corporações, devem estar comprometidas com esse ideal de vida feliz. É essa vida que caracteriza uma boa sociedade, que caracteriza os cidadãos e os Estados virtuosos. “A sociedade civil é, pois, menos uma sociedade de vida comum do que uma sociedade de honra e de virtude”¹⁷.

A sociedade não é, para Aristóteles, um aglomerado de pessoas com diversos interesses, ela é muito mais que isso. Há um *télos* na vida social que possibilita a sociedade ser mais que aglomeração de pessoas. “Não é apenas para viver juntos, mas sim para bem viver juntos que se faz o Estado”¹⁸. Eis o *télos* da sociedade: bem viver, em outras palavras, ser feliz. Esse *télos* é possível ser vislumbrado nas sociedades onde os indivíduos são educados para uma virtude comum. O exemplo abaixo nos põe diante da necessidade de uma sociedade plural, mas convergente.

Podemos comparar os cidadãos aos marinheiros: ambos são membros de uma comunidade. Ora, embora os marinheiros tenham funções diferentes, um empurrando o remo, outro segurando o leme, um terceiro vigiando a proa ou desempenhando alguma outra função que também tem seu nome, é claro que as tarefas de cada têm sua virtude própria, mas sempre há uma que é comum a todos, dado que todos têm por objetivo a segurança da navegação, à qual aspiram e concorrem, cada um à sua maneira. De igual modo, embora as funções dos cidadãos sejam dessemelhantes, todos trabalham para a conservação de sua comunidade, ou seja, para a salvação do Estado¹⁹.

A conservação do Estado é uma tarefa comum, porém, para que ela seja realizada, é necessária a formação virtuosa dos cidadãos, pois, por ela, os cidadãos comprometer-se-ão com a felicidade coletiva que, é o maior bem dentro da sociedade. Os interesses de cada indivíduo se subordinam ao interesse comum dentro de uma sociedade virtuosa. Nesse sentido, as leis veem ao encontro da necessidade de harmonizar o Estado, elas imperam sobre os interesses individuais visando o bem comum. Porém, não basta que os indivíduos cumpram as leis, é preciso que sejam preparados para ser virtuosos, pois, não é um Estado legalista que chegará a uma boa vida, mas um Estado de pessoas virtuosas que, se reconhecem nas leis. “As leis em si

¹⁶ Ibidem, p. 56

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ibidem, p. 53.

¹⁹ Ibidem, p. 48.

mesmas não produzem as virtudes, por isso, são incapazes de tornar os cidadãos bons e honestos”²⁰.

Além da tarefa comum da conservação do Estado, além da formação para as virtudes e além das leis, está a amizade como uma forma de aproximação, de comunicação entre os cidadãos. A amizade não nasce das leis, mas, ela é efeito de uma escolha recíproca. Na *Ética a Nicômacos*, no Livro VIII, Aristóteles fez uma investigação acerca da amizade, buscando saber se todos os homens são capazes de amizade ou se os homens maus são incapazes de ser amigos; e se há apenas um tipo de amizade ou vários. A amizade no corpo social será mais uma imprescindível virtude para a conservação do Estado. Os cidadãos virtuosos se aproximam por laços de amizade, daí, o Estado virtuoso é um Estado de amigos.

Tendo exposto os princípios constituintes do cidadão na *A Política*, sobretudo, o princípio da participação na vida social, tendo em vista o bem comum, agora é necessário nos debruçarmos sobre o como cada cidadão pode ser formado para a virtude. Para tanto, vamos investigar o meio necessário para tornar o cidadão virtuoso, que é a Educação.

5 – FUNDAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO

A educação, em Aristóteles, é a maneira pela qual o homem pode se tornar aquilo que ele deve ser por natureza, ou seja, ser um ser racional, ser um ser social, um ser que pertence ao Estado. A teleologia da educação é, portanto, formar o indivíduo para viver em comunidade. Isso requer uma ação pedagógica que valorize o fato de que, todos pertencem ao Estado.

É preciso, ademais, que todo cidadão se convença de que ninguém é de si mesmo, mas que todos pertencem ao Estado, de que cada um é parte e que, portanto, o governo de cada parte deve naturalmente ter como modelo o governo do todo²¹.

Neste exposto, encontramos duas afirmações imprescindíveis para uma boa ação pedagógica, primeira: Somos partes de um todo; segunda: o governo do todo deve dirigir o governo das partes. Unindo as duas afirmações, podemos dizer que: a educação

²⁰ Cf. *Ibidem*, p. 54.

²¹ *A Política*, p.78.

deve formar o indivíduo para se tornar cidadão; e este deve harmonizar-se com o todo. Como cada indivíduo é parte viva do todo, deve receber uma educação que seja pública, isto é, a mesma para todos, pois somente pela educação pública o indivíduo tornar-se-á um bom cidadão.

Aristóteles consagrou a educação como aquela que é capaz de preparar o indivíduo para ser feliz. Por isso, ninguém pode ignorar a importância da educação para o bem viver. “Não se deve ignorar o que é a educação, nem como ela se deve realizar”²². Não se deve ignorar a educação, porque ela é uma ação de responsabilidade do Estado. Este deve se ocupar com a formação da criança na sua mais tênue idade, ou seja, do começo. O começo da vida de uma criança deve receber as melhores impressões, pois “são as primeiras impressões que mais nos afetam”²³. A educação da criança deve ser um dos primeiros cuidados do legislador. A negligência na educação causará um prejuízo ao corpo social, pois, este padecerá a ausência de bons cidadãos, por conseguinte, de bons legisladores. A teleologia da educação revela a sua importância e também o não poder negligenciá-la.

Para Aristóteles a importância da educação é algo claro, porém, o como fazer essa educação não é tão claro e objetivo, pois, cada ação pedagógica deve contemplar o que é bom para um determinado Estado. Assim, não há uma ação educativa que deve valer para todos os Estados. Mas deve haver em todos os Estados uma preocupação com a melhor ação pedagógica, e essa será, sem dúvida, aquela que formar, por bons costumes, os indivíduos.

Em toda parte a educação deve tomar como modelo a forma do governo. Cada Estado tem costumes que lhe são próprios, de que depende sua conservação e até sua instituição. São os costumes democráticos que fazem a democracia e os costumes oligárquicos que fazem a oligarquia. Quanto mais os costumes são bons, mais o governo também o é.²⁴

A educação é entendida, no exposto acima, não como obra de indivíduos e, sim da cidade, pois ela é verdadeiramente natural ao ser humano. Fora da cidade, o homem fica privado de alguns atributos essenciais ao ser humano, como por exemplo, a racionalidade, a poesia, a arte e, por que não, da própria felicidade. O homem age, constitui o seu caráter, no contexto da *polis*. Entretanto, a educação não pode deixar de considerar o *ethos* (hábitos, costumes) do Estado onde ela será uma ação. Nesse sentido,

²² Idem.

²³ Ibidem, p.77.

²⁴ Ibidem, p. 77.

a educação põe o indivíduo em contato com um *ethos* histórico, conservado e transmitido pela tradição; reflete esse *ethos* e forma o *ethos* individual. O *ethos* a ser considerado pela educação é aquele que está em harmonia com um determinado Estado. Ele deve oferecer à vida social a virtude necessária à sua conservação, e à conquista da vida feliz. Cada forma de governa gera *ethos* que o identifica.

Considerando que todo indivíduo nasce num *ethos* histórico e social, como diz Lima Vaz, “o *ethos* é a casa do homem”²⁵. A educação prepara o indivíduo para ser um bom hospede dessa casa, ela acrescenta à natureza social do indivíduo, uma disposição para agir segundo o melhor fim (a *eudaimonia*). O processo educativo comprometido com a formação para o bem viver (eu zen), em sociedade, uni necessariamente ética e política, indivíduo e sociedade, ação e responsabilidade, exercício das virtudes e vida feliz.

A vida social, harmonizada pela educação, é organizada por meio das leis (*nomos*). Na compreensão aristotélica, as leis não apenas organizavam a sociedade, mas também apresentava um determinado *ethos* social. Mas, esse *ethos* só poderá contribuir para a felicidade, se ele for um *ethos* virtuoso, ou seja, se for expressão da união de ética e política. Na política o *ethos* se apresenta sob a forma de lei e, na ética, ele se apresenta sob a forma de virtude. Dessa maneira, o *ethos* (*nomos*) apresenta o bem final, para o qual todas as ações individuais devem tender – a *eudaimonia* – e na ética apresenta os meios necessários para o alcance desse bem – as virtudes. Daí, a *práxis* (ação) humana será mais humana, quando for resultado da unidade entre ética e política. Em outras palavras, a *práxis* humana só será *eupraxia* (boa ação) quando os indivíduos forem educados para amalgamar o *ethos* indivíduo com o *ethos* social. A lapidação dessa capacidade natural humana é possível num Estado virtuoso e que, portanto, se ocupa de formar seus cidadãos para a virtude.

A educação para Aristóteles é um processo que aprimora a natureza do indivíduo²⁶, pois, a sua ação o conduz do estado natural ao raciocínio, e este processo se dá por meio de uma ação pedagógica que valoriza o **hábito**, ou seja, a prática. O esquema educacional aristotélico se apresenta como um esquema que envolve **natureza-hábito-instrução**. Cabe à educação formar, por bons hábitos, o bom cidadão,

²⁵ LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. **Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura**, p.12.

²⁶ Cf. *Ibidem*, p.77.

aquele que governa bem as coisas tanto no âmbito particular quanto no coletivo. A educação, além de formar esse cidadão, garante a unidade do Estado. Trata-se de uma unidade que deve ser orgânica²⁷, isto é, a unidade das partes com o todo sem o aniquilamento das partes.

Para Aristóteles a natureza humana não determina se o homem será bom ou mau cidadão, uma vez que, ela está aberta à uma lapidação, a um acréscimo, a um melhoramento. Deve-se agregar à natureza as virtudes, e essas, são oriundas do hábito – no caso das virtudes morais – ou do ensino – no caso das virtudes intelectuais. Não há virtudes inatas no homem, ou elas se agregam à natureza humana por meio do hábito, ou por meio do ensino. Aristóteles expõe essa relação vital entre natureza-hábito-instrução dizendo:

Concluimos que as virtudes não nascem em nós nem por natureza, nem contrariamente à natureza, mas que nascemos com a capacidade de receber essas virtudes e aperfeiçoá-las em nós, esforçando-nos para isso, por meio do hábito. De resto, todas as particularidades que nos são fornecidas pela natureza, nós as conservamos primeiramente como potencialidades, e as transformamos mais tarde em atos... As virtudes, entretanto, nós as possuímos após tê-las exercido, como é o caso das outras artes e ofícios. Com efeito, o que precisamos aprender fazer, nós aprendemos fazendo: por exemplo, tornamo-nos construtores, construindo, e citaristas, tocando citara. Do mesmo modo, nós nos tornamos justos, realizando atos justos, tornamo-nos sábios, realizando atos sábios, e corajosos, realizando atos corajosos.²⁸

Ao afirmar que as “virtudes não nascem em nós nem por natureza nem contrariamente à natureza”, Aristóteles confere ao homem e ao Estado a missão de somar à natureza humana as virtudes necessárias para uma vida feliz. Há uma potencialidade na natureza humana para realizar as virtudes. Essa potencialidade é natural, porém, a virtude, em ato, é oriunda do desenvolvimento das potencialidades naturais. Assim, podemos dizer que, o *télos* da natureza humana é a felicidade social, esse *télos* só é possível de ser realizado por causa da capacidade natural do homem de aprender. Portanto, o homem, animal de *lógos*, aprende a ser aquilo que potencialmente ele pode ser, isto é, virtuoso. Dessa maneira, falamos de tempo, tempo de formação do

²⁷ Para Aristóteles, o indivíduo não pode viver fora da comunidade, pois fora dela, ele se torna um degradado (Política, 1253a).” A sua concepção de Estado é uma concepção orgânica, onde o todo não absorve e funde em si mesmo as partes que o compõem, mas um todo que deixa às suas partes funções autônomas, que se vinculam ao fim geral da vida” (HOURDAKIS, 2001, p 21). Esta concepção orgânica do Estado é fundamental na fisiologia política de Aristóteles para compreendermos a necessidade vital da interação das partes com o todo. Trata-se de uma interação que promove a adequação de *télos*, isto é, o *télos* da vida do indivíduo deve se adequar ao *télos* da vida do Estado. Esta concepção orgânica propõe que a *eudaimonia* nunca poderá ser privada, mas coletiva.

²⁸ EN II 1103a.

indivíduo para transformar suas potencialidades naturais em atos virtuosos. Da potência ao ato, temos o tempo do cultivo, da formação, sem a qual, a potência não terá o movimento necessário para atualizar-se.

A vida virtuosa não se faz de uma hora para outra, pois, toda formação requer tempo, cuidado. Neste sentido, é imprescindível à formação do homem a experiência (*empeiria*). No livro II da *Ética a Nicômacos*, Aristóteles afirma que a gênese e o desenvolvimento da virtude dianoética devem-se ao ensinamento e exigem experiência e tempo. É no acúmulo do vivido, do praticado que, o homem se torna de fato virtuoso. Assim, é através da ação que existe a possibilidade de alguém tornar-se bom:

Mas a maioria dos homens não procede assim. Refugiam-se na teoria e pensam que estão sendo filósofos e se tornarão bons dessa maneira. Nisso se portam como enfermos que escutassem seus médicos, mas não fizessem nada do que estes lhe prescrevem.²⁹

As potencialidades naturais são desenvolvidas na ação, já que, sem ação, sobretudo a educativa, não haverá uma virtude que seja a conjugação do prescrito (o que esta na natureza como potência) com o feito (o que está na natureza como potência atualizada), ou seja, não haverá uma potência atualizada em virtude. A virtude não pode ser apenas uma disposição cognitiva, mas também prática, pois “aprendemos o que é justiça sendo justos”. Dessa forma, precisamos aprender a realizar o que se aprendeu. A experiência que, traz em si a conotação de tempo, o tempo vivido, o tempo apreendido, não é uma voz sem ressonância na ação. Esse tempo permite o homem aprender a razão da ação, o seu fim; lhe possibilita encontrar, de forma mais segura, os melhores meios para se alcançar o fim mais elevado.

A experiência é para Aristóteles uma forma de conhecimento. Quando quis saber o que é o bem, recorreu aos homens que tinham experiência, que tinham vivo o tempo de modo virtuoso. Investigando a vida daqueles que eram considerados sábios que, Aristóteles elaborou sua doutrina sobre os bens humanos, os bens realizáveis. Esses bens, investigados no Livro I da *Ética a Nicômacos*, podem ser divididos em bens secundários e bem principal. O principal é a *eudaimonia*, os secundários são todos aqueles que estão na rota da *eudaimonia*. O sábio, homem de experiência, de *phronesis* (prudência) endereça a sua vida à *eudaimonia*, para tanto, aprende a fazer o que é

²⁹ EN II 1105b.

necessário, e como fazer o necessário.³⁰ O sábio é o *prhronimos*, pois, ele realiza o *télos* da vida humana pelos melhores meios.

Sendo a experiência uma forma de conhecimento, é necessário algum tempo de vida para sabermos sobre ética e política - ciências práticas - por isso, o jovem não aproveita muito os ensinamentos da ética e nem da política, justamente, porque não teve ainda tempo de vida para se empenhar nas coisas práticas.

Um homem ainda jovem não é a pessoa própria para ouvir aulas de ciência, pois ele inexperiente quanto aos fatos da vida e as discussões referentes à ciência política partem destes fatos e giram em torno deles; além disso, como os jovens tendem a deixar-se levar por suas paixões, seus estudos serão vãos e sem proveito, já que o fim almejado não é o conhecimento, mas a ação. Não será uma questão de tempo, mas depende da vida que a pessoa leva, e da circunstância de ela deixar-se levar pelas paixões, perseguindo cada objetivo que lhe apresenta. Para tais pessoas o conhecimento não é proveitoso, tal como acontece com as pessoas incontinentes, mas para quem deseja e age segundo a razão o conhecimento de tais assuntos é altamente útil.³¹

A passagem citada afirma que a deficiência não é uma questão de tempo, ou seja, não basta que o tempo passe, mas este deve passar no empenho de cultivar-se, pois quem deixa o tempo passar, sem preocupar-se com o próprio cultivo, degenera. Aubenque endossa a ideia da importância da experiência para o cultivo de si mesmo, dizendo:

A experiência já é conhecimento, ela supõe a soma do particular e está, pois na rota do universal. Ela não é repetição indefinida do particular, mas já se introduz no elemento da permanência: é esse saber antes vivido do que aprendido, profundo, porque não reduzido, e que reconhecemos naqueles dos quais dizemos que têm experiência³².

A noção de homem cultivado, de homem formado, em Aristóteles, é a de homem de boa ação. Este é oriundo de uma ação pedagógica que une política e ética. A ética que envolve esta ação não oferece princípios gerais e imutáveis, pois o que ela pretende é formar o indivíduo para bem **calcular** suas ações, para medir, para encontrar a boa medida nas situações particulares para o bem agir. Dessa maneira, o indivíduo não estará sendo direcionado por regras que aniquilam uma particularidade, ao contrário, o homem cultivado é o homem criativo, aquele que aprende em cada situação, e visa encontrar o melhor meio para fazer o que é bom, o que é belo, justo e honroso. A base política desta ação pedagógica refere-se ao fato de ser o homem um animal social e, por

³⁰ Cf. EN II 1104 a 1109.

³¹ EN 1142a.

³² AUBENQUE, Pierre. **A Prudência em Aristóteles**, p.99.

consequente, aquele que não inviabiliza o outro no seu processo de aquisição de vida feliz, o que confere à política o estabelecimento do *télos* da educação.

Segundo Morral, Aristóteles começa por insistir na indispensabilidade da filosofia para a vida cotidiana. Sendo a vida cotidiana uma *práxis*, ela necessita ser bem orientada para se tornar uma boa ação, uma ação fruto de um bom cálculo. Nesse sentido, a filosofia prática, ética e política, dão à vida do homem os princípios para a boa ação. Esta tem sua origem na escolha dos bens, pois, não se pode utilizar os bens externos da vida sem um preparo adequado, sem uma formação. Fazer escolhas é algo intransponível na vida humana e a felicidade está relacionada diretamente às escolhas, às boas escolhas. “A felicidade não é o simples processo de adquirir possessões materiais por si mesmas³³. Ser preparado para bem viver consiste em ser preparado para escolher os melhores bens, que devem ser harmonizados por um bem supremo (*summum bonum* ou *agathon*). A *práxis* será efetivamente o *lócus* (lugar) do somatório das escolhas de um determinado indivíduo, *locus* de atualização de suas potências naturais.

A *práxis*, como Aristóteles compreendeu, é lugar da liberdade, lugar de revelação do homem que se tornou virtuoso, ou não; é lugar de afirmação do indivíduo em sua relação com o todo, é lugar de consolidação de uma boa educação. Falar de ética, de política, de educação em Aristóteles é, necessariamente, falar de *práxis*. A ética destina mostrar os indivíduos o como agir, a política mostrar em função do que agir, a educação formar a natureza para ter uma disposição para agir segundo uma determinada ética e uma determinada política. A educação unida à ética e à política prepara o indivíduo para subordinar as suas ações à reta razão (*ortós lógos*)³⁴.

A *práxis* aristotélica não é um ideal a ser perseguido, como pensava Platão em sua utopia, na República, ao contrário, para Aristóteles ela é uma atitude, é uma realização da própria vida, que deve ser boa para si, na medida em que é boa para o coletivo. Trata-se de uma ação construtiva da *eudaimonia*. Ela não é um conhecimento prévio, antecipado, metafísico, mas, Aristóteles como bom realista, fez de sua teoria sobre a *práxis* uma investigação de como ser feliz na vida privada e pública. A

³³ MORRALL, John B. *Aristóteles*, p.31.

³⁴ A reta razão é a razão voltada para os aspectos práticos da vida, é a razão orientada a algum fim, ela é o discernimento relativo à conduta. Ela não é um fim em si mesma, mas conduz a um fim.

felicidade é algo final e auto-suficiente, é o fim a que visam as ações³⁵. A *eudaimonia* é o resultado do viver bem e do conduzir-se bem³⁶. Contudo, será a finalidade da Política difundir um certo caráter nos cidadãos, por exemplo, torná-los bons e capazes de praticar boas ações.³⁷ É nesse sentido que podemos afirmar que a *eudaimonia* depende inteiramente da ética e da política.

Aristóteles se interrogava, de maneira muito ampla, sobre as faculdades próprias do homem. Segundo ele, o espírito humano compreende não somente o pensamento, mas a percepção, as afecções, a vontade e o desejo. Se nos interrogarmos sobre a atividade do conhecimento, observamos que conhecer verdadeiramente é conhecer o porquê das coisas. Mas ainda, é poder agir em função daquilo que conhecemos³⁸. A *práxis* não é, assim, um puro agir, o agente no ato de decidir não é um puro empírico, mas é alguém que, por meio do *lógos*, avalia como se deve agir para alcançar o fim proposto. É, na verdade, uma *práxis* como resultado de um conhecimento do porquê se deve agir, bem como, para quê se deve agir. Reivindica-se, dessa maneira, para a *práxis* aristotélica, o *lógos* como princípio investigatório dos meios e, ao mesmo tempo, como aquele que visa um *télos*. Essa é a sabedoria prática proposta por Aristóteles.

Para Aristóteles tudo no homem pode ser educado e quando diz que toda ação humana nasce de um desejo, este, por sua vez, é capaz de ser educado. O *lógos*, por meio da educação, direciona o desejo na rota do bem agir. Da mesma maneira, as emoções e as paixões, que tanto influenciam o homem no ato de agir, também podem ser educadas. Sem dúvida, Aristóteles tinha o desafio de apresentar que o objetivo da educação, da ética e da política era fazer o homem agir em função de um fim bom. Tendo esse *télos*, educação-ética-política, o projeto aristotélico de cultivar o homem torna-se um projeto antropológico, pois, educa-se o homem, melhora a sua natureza em função do seu agir, da sua ação. Dessa maneira, a antropologia aristotélica apresenta o homem como aquele que carece de formação e como aquele se realiza, que se revela, na ação.

O humano deve ser tomado em todas as suas dimensões, para que, possa ser lapidado, por meio de uma educação que visa conduzir o homem do estado bruto, sem

³⁵ Cf. EN 1097b.

³⁶ Cf. EN 1098b.

³⁷ Cf. EN 1099b.

³⁸ BERTEN, A. **Filosofia Política**, p.71.

forma, ao estado de homem feliz. Para isso, é imprescindível que as dimensões públicas e privadas do homem sejam norteadas por uma educação que o conduza ao aprendizado dos bons *ethos* e, por conseguinte, à uma vida virtuosa. A verdadeira educação, não pode ter por *télos* primeiro as coisas úteis, ou o produzir, mas a vida feliz que se faz dentro da cidade.

Segundo Aristóteles é de suma importância saber o fim a que nos propomos no que fazemos e no que ensinamos.³⁹ Este fim conhecido só será verdadeiramente um bom fim se for a felicidade coletiva que, será alcançada graças ao exercício das virtudes. Assim, deve haver uma unidade entre o fim da vida individual e o fim da vida social. Esta unidade gera perfeição, harmonia, vida feliz. “Sendo o fim o mesmo tanto para a vida pública quanto para a vida privada, a perfeição dos Estados não pode definir-se de modo diferente da dos particulares (...)”.⁴⁰ Portanto, trata-se de uma felicidade coletiva, atualizada no corpo social, formado por cidadãos e legisladores virtuosos.

O homem feliz é o homem de prudência, é o homem dotado de discernimento. No momento deliberativo a *phronesis* – virtude dianoética - traz o conhecimento universal, o adquirido pela educação para as virtudes, para o caso particular. Essa arquitetura da boa ação salienta um novo intelectualismo inaugurado por Aristóteles, isto é, um intelectualismo prático, diferente do intelectualismo da ciência e da arte, pois ele não é apenas conhecimento, mas é ação. O protótipo de homem feliz para Aristóteles é Péricles, pois ele soube discernir o que é bom para si e para todos.

É por esta razão que pensamos que homens como Péricles têm discernimento, porque podem ver o que é bom para si mesmos e para os homens em geral; consideramos que as pessoas capazes de fazer isto, são capazes de bem dirigir as suas casas e cidades⁴¹.

Tendo Péricles como exemplo de homem prudente, Aristóteles nos permite compreender que a vida feliz (quer se trate da cidade ou da casa, assim como do indivíduo) é a totalidade que transcende os fins particulares. O bem encontrado por Péricles é o bem-viver, este é o bem econômico (bem na relação familiar), o bem político (bem na relação entre cidadãos); é o que se coloca como fim, como vida feliz.

³⁹ Cf. A Política, p. 79.

⁴⁰ Ibidem, p.68.

⁴¹ EN VI 11040a.

Cabe à educação formar homens como Péricles, mas esta educação é uma exigência ética que, faz com que, o indivíduo instrua-se (forma-constrói) e, assim, se compreenda enquanto membro de uma comunidade, e que deve assumir uma responsabilidade solidária com o todo.

Em suma, os fundamentos éticos e políticos para o processo educativo em Aristóteles são de dois tipos: o que prepara os indivíduos para uma vida social harmônica e o que prepara os indivíduos para serem felizes nessa vida social. Esses fundamentos fazem da educação não um mero processo de acrescentar à natureza humana o conhecimento, mas um processo que molda a natureza de tal forma que, ela de amórfica se torna algo cuja forma será uma disposição adquirida, pelo hábito e pelo ensino, para bem agir. O que está presente no processo educativo de Aristóteles é o homem na condição de ser animal de *lógos* e animal social. Portanto, o processo educativo se endereça para formar o homem, de modo que, possa calcular bem suas escolhas. O homem cultivado não delibera acerca do melhor para si, mas do melhor para todos. Ética e política carecem da educação para dar à natureza humana a virtude da boa deliberação, isto é, da prudência.

6 - CONCLUSÕES

As duas ciências práticas – Ética e Política – são para Aristóteles ciências que visam apontar tudo aquilo que é necessário, para que, o homem seja feliz na vida coletiva. Estas duas ciências dependem de uma educação para poder nortear as relações humanas pelo caminho do melhor fim. A educação consiste em permitir que o homem realize, mediante as ações, suas potencialidades.

O processo educativo aristotélico demonstra a sua preocupação com a maneira e os meios que permitem ao homem alcançar a virtude. Trata-se de um processo de melhoramento da natureza, um processo que visa formar o homem para ser mais que um animal de *lógos*, pois, este processo visa colocar o homem na responsabilidade de atingir o alvo de sua vida, a felicidade. Não se trata de uma educação para um produzir, para fazer algo que não implica alteração no modo de ser, no modo de se portar na *pólis*.

Ao conferir uma singular importância à educação, Aristóteles aponta que ela não é uma tarefa individual, mas comunitária. Não se aprende sozinho, mas com o outro, com a história de outros, com as virtudes de outros, com o modo de ser de outros. Assim, a educação fomenta no homem a necessidade de educar-se, de formar-se, de cultivar-se como membro de uma comunidade. Esta comunidade por sua vez tem o seu *ethos* constituído na sua história de vida, um *ethos* que não pode ser para o homem que se forma algo desprezável, mas, algo que, nele o homem possa aprender a ser virtuoso. É papel do Estado fornecer aos indivíduos uma educação que aprimore a sua natureza, que o prepare para o bem viver. A máxima aristotélica é: formar os indivíduos para as virtudes para que o Estado seja virtuoso. Estado e indivíduos virtuosos geram a felicidade. E esta não é um ideal longínquo num estado virtuoso, ela se consolida em cada ação particular dentro do Estado, pois, as ações são resultados de vidas que se empreenderam num processo de melhoramento por meio da educação.

É necessário à educação um teleologia política, isto é, uma teleologia do bem comum. Esta teleologia abarca tanto as partes constitutivas do Estado, como o próprio Estado; é uma teleologia que move indivíduos e Estados para serem protagonistas de uma vida feliz. Não haverá Estado feliz sem que a educação seja nele consolidada como aquela que é imprescindível a uma vida social harmônica. Portanto, o bom Estado elege para si, como primeira tarefa, formar bem seus cidadãos. Assim, o estado legislará de forma virtuosa e os indivíduos aplicarão as leis que, expressam as virtudes, às suas ações, fazendo-as ações boas belas e justas.

Há inúmeras formas de se educar, entretanto, para Aristóteles, a verdadeira educação consiste em ser um processo que está pautado numa ética e orientada por uma política do bem comum. É preciso formar os indivíduos para que sejam capazes de bem decidir, para que sejam capazes de ser sábios, isto é, ser homens de discernimento, homens capazes de em cada situação particular unir o que se deseja fazer com o que se deve fazer, assim como, com o como fazer. Esse homem cultivado vive o mundo das alternâncias, das variações, de forma sábia e feliz, pois, há na sua natureza uma disposição adquirida pelo hábito e pelo ensino que, se torna nele, uma segunda natureza, que o conduz a sempre agir de forma virtuosa.

Aristóteles propõe uma *catharsis* (restruturação da integridade e da autenticidade) na educação. Para tanto, chama para o Estado a sua responsabilidade

inalienável – promover a boa educação – e aos indivíduos o empenhar-se na sua construção de homem virtuoso, de homem cívico. Qualquer educação que não tenha entrelaçadas essas duas responsabilidades, precisa de uma *catharsis* para ser aquilo que ela de fato de ser: ação imprescindível para a civilidade dos indivíduos e para consecução do bem viver, tanto no âmbito individual, como coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. (2002). **Ética a Nicômacos**. 3ª ed., Trad. Mario da Gama Kury. São Paulo. Ed. UnB.

_____ (1998). **Política**. Trad. De Antonio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Veja.

AUBENQUE, Pierre. (2003). **A prudência em Aristóteles**. Trad. Marisa Lopes. São Paulo: Ed. Discurso Editoria.

BERTEN, A. (2004). **Filosofia Política**. São Paulo: Paulus.

BERTI, ENRICO. (1998). **As Razões de Aristóteles**. Trad. Dion Davi Macedo. Coleção “Leituras Filosóficas.” São Paulo: Loyola.

FERRATER MORA, José. (2000). **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Loyola.

HADOT, Pierre. (1999). **O que é a Filosofia antiga?** São Paulo: Loyola.

HOURDAKIS, Antoine. (2001). **Aristóteles e a Educação**. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Loyola.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. (1998). **Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura**: São Paulo: Editora Loyola.

_____ (1999). **Escritos de Filosofia IV- Introdução à Ética Filosófica I**. São Paulo: Loyola.

MORRALL, John B. (1981). **Aristóteles**. Trad. De Sérgio Duarte. Brasília: Editora UnB.

PERINE, Marcelo. (1993). “PHRONESIS: Um conceito inoportuno?” In *Kriterion*, vol. XXXIV, n. 87, jan/jul, p.31-35.

_____ (1982). “**Nas Origens da Ética Ocidental: A Ética a Nicômaco**”. In Síntese- Nova Fase, vol. IX, n. 25, ma/ago,p.21-38

_____ (2006). **Quatro lições sobre a ética de Aristóteles**. São Paulo: Loyola.

ROBIN, Léon . (1944). **Aristóteles**. Paris: PUF.

ROSS, David. (1987). **Aristóteles**. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

TUGENDHAT, Ernst. (2000). **Lições sobre Ética**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes.

VERGNIÈRES, Solange. (1998). **Ética e Política em Aristóteles**. São Paulo: Paulus.

VERNANT, Jean Pierre. (2002). **As origens do Pensamento Grego**. Rio de Janeiro: Difel.

WERNER, Jaeger. (2001). **Paidéia, a formação do homem grego**. São Paulo, Ed. Martins Fontes.

ZINGANO, Marco. (2008). **Aristóteles, Ética Nicomachea**. São Paulo: Odysseus Editora.

_____ (1996). “**Particularismo e universalismo na ética aristotélica**”. Analytica, Rio de Janeiro.

_____ (2007). **Estudo de ética antiga**. São Paulo: Discurso Editorial.